

Protocolo Eletrônico

Ministério Público do Estado do Tocantins

Protocolo 07010536576202335

Assunto: Comunicar - 920065 - Audiência Pública

920065 - AUDIÊNCIA PÚBLICA

Processo: 2021.0006906

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

A 23ª Promotoria de Justiça de Palmas realizou aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois (22/11/2022), às 18h30min, Audiência Pública, nos termos dispostos na Resolução nº 82, de 29 de fevereiro de 2012, do Conselho Nacional do Ministério Público, tendo como objeto, o debate e discussão sobre os possíveis danos à ordem urbanística decorrente da instalação de ciclovia ao lado do canteiro central da avenida Tocantins, nesta capital, visando colher elementos para instruir procedimentos instaurados na 23ª Promotoria de Justiça de Palmas, bem como buscar ideias e informações para a solução dos problemas diagnosticados junto a representantes do setor público, privado, da sociedade civil organizada e da comunidade interessada.

Local: Centro Educacional Prisma, situado na Rua SF 10, Quadra 14, Lote 5, 7, 9 e 13, Setor Santa Fé II, Palmas-TO.

Mesa: A mesa de trabalhos foi composta exclusivamente pela Promotora de Justiça titular da 23ª Promotoria de Justiça de Palmas, Doutora Kátia Chaves Gallieta, que presidiu a Audiência Pública.

Abertura: Os trabalhos foram iniciados as dezoito horas e trinta minutos do dia vinte e dois de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, pela presidente da mesa, Promotora de Justiça, Doutora Kátia Chaves Gallieta. Dando início aos trabalhos cumprimentou todas as autoridades e cidadãos presentes e fez uma breve introdução dos dispositivos e regras da Audiência Pública, ocasião em que se apresentou, quando destacou a necessidade do efetivo envolvimento de todos os órgãos municipais responsáveis, da sociedade civil organizada e dos cidadãos para o enfrentamento do problema causado pela implantação da ciclovia ao lado do canteiro central da avenida Tocantins e afirmou que durante a Audiência Pública pretende receber dos participantes boas ideias que contribuam para a solução do problema.

Debates: Iniciando os debates e exposições, a Promotora de Justiça presidente da mesa, passou a palavra para o primeiro inscrito Sr. Claudemir Portugal Soares, que expôs que o projeto foi apresentado pelos representantes da Prefeitura de Palmas aos comerciantes da região da avenida Tocantins, que os comerciantes se dividiram, muitos deles se manifestaram contrários à implantação do projeto, que a ciclovia prejudica os comerciantes da região e sugeriu a retirada da ciclovia implantada para resolver o problema. Em seguida, a Promotora de Justiça passou a palavra ao segundo inscrito, Sr. Doney Cardoso dos Santos, que relatou que tem uma loja de produtos para animais, que a implantação do projeto causou transtornos, que após a implantação da ciclovia o trânsito piorou e sugeriu como medidas para a melhoria do tráfego a retirada da ciclovia, a instalação de semáforos nos cruzamentos, pardais, melhorias nas paradas de ônibus e que as ruas perpendiculares à avenida Tocantins sejam de mão dupla. Em seguida, a Promotora de Justiça passou a palavra ao terceiro inscrito, Tenente Coronel Adão Pereira dos Santos,

comandante do 6ª BPM, que afirmou que a ciclovia atrapalha a mobilidade necessária para o rápido deslocamento das viaturas, que a ciclovia inviabiliza as ultrapassagens e sugeriu que o tráfego da avenida Tocantins fosse modificado para sentido único. Em seguida, a Promotora de Justiça passou a palavra ao quarto inscrito, Giovanni Alessandro Assis Silva, Presidente do IPUP, que relatou que o IPUP recebeu a solicitação, durante a gestão anterior, para fazer a requalificação urbana da região da avenida Tocantins, que já apresentavam problemas naquela época. No ano de 2017 a gestão determinou a execução de parte do projeto, que ainda não estava concluído, que era a implantação da ciclovia, relatou que o estudo técnico não estava pronto e a execução não foi concluída, por isso não poderiam ter efeitos positivos para a região. Relatou que a gestão atual tem interesse em resolver o problema da forma mais favorável possível para os comerciantes, empresários e para a comunidade. Em seguida, a Promotora de Justiça passou a palavra ao quinto inscrito, Hauster José Souza, presidente da ACIT - Associação Comercial e Industrial de Taquaralto, Aurenis e Região Sul, que sugeriu a imediata retirada da ciclovia da avenida Tocantins e que posteriormente seja feito estudo sobre a viabilidade de um projeto de revitalização daquela região. Em seguida, a Promotora de Justiça passou a palavra ao sexto inscrito, Sr. Mauro Lacerda, Vereador, que disse o trânsito na avenida Tocantins está cada vez pior, que entende que a ciclovia não deveria ter sido instalada na avenida Tocantins, que deveria ter sido instalada em outro local, que o tráfego lento e a falta de vagas na região da avenida Tocantins atrapalha o comércio local. Sugeriu que a ciclovia seja retirada da avenida Tocantins e que sejam instalados dispositivos de fiscalização eletrônica e semáforos nos principais cruzamentos. Em seguida, a Promotora de Justiça passou a palavra ao sétimo inscrito, Sr. Gleiser Duarte, expôs que entende as soluções para os problemas da cidade devem ser buscadas pelo Poder Público escutando a sociedade e sugeriu que a ciclovia seja retirada da avenida Tocantins. Em seguida, a Promotora de Justiça passou a palavra ao oitavo inscrito, Sr. Sidney da Mota Barros, que expôs que a classe empresarial estar unida para que a opinião da categoria seja ouvida, que a gestão municipal colocou as secretarias à disposição do empresariado para resolver o problema, que espera dos órgãos municipais, em especial o IPUP, a apresentação de um projeto de revitalização adequado para a região, que os empresários da avenida Tocantins sofreram uma diminuição de cerca de 30% nas vendas e sugeriu que seja retirada imediatamente a ciclovia, tendo em vista que existem muitos cruzamentos no trajeto, e que posteriormente seja feito um projeto de revitalização da região. Em seguida, a Promotora de Justiça passou a palavra ao nono inscrito, Sr. Pedro Moura Cunha, Bombeiro Militar, que expôs que o deslocamento das viaturas tem que ocorrer no menor tempo possível, que as viaturas maiores, como caminhões, têm dificuldade de manobrar na avenida Tocantins, que quando uma viatura precisa prestar atendimento na avenida Tocantins todo o tráfego ser interrompido e que o trabalho do Corpo de Bombeiros está um pouco prejudicado. Em seguida, a Promotora de Justiça passou a palavra à décima inscrita Deputada Estadual Vanda Monteiro, que expôs que a ciclovia está no lugar errado, que na avenida Tocantins é inviável a passagem de dois veículos ao mesmo tempo, que os comerciantes da região sabem as reais necessidades do local, que há falta de vagas de estacionamento e sugeriu que a ciclovia da avenida Tocantins seja retirada para melhorar o tráfego e o comércio da região. Em seguida, a Promotora de Justiça passou a palavra ao décimo primeiro inscrito, Vereador Joatan Silva de Jesus, que cumprimentou os presentes, afirmou que para solucionar o problema sugeriu que além da retirada da ciclovia, poderia ser criada uma faixa exclusiva para ônibus, que os caminhões que estacionam para descarregar mercadorias também atrapalham o tráfego e que uma solução deve ser encontrada e que a situação atual da avenida Tocantins está penalizando os comerciantes e moradores da região. Em seguida, a Promotora de Justiça passou a palavra ao décimo segundo inscrito, Evandro Souza, que relatou que na Avenida Tocantins a incidência solar é alta, que o projeto do Shopping a Céu Aberto previa o nivelamento das calçadas e a cobertura para proteger os pedestres, o que entende que é positivo, só que previa também a instalação de uma ciclovia, que entende ser descabido, por causar o estreitamento da avenida em uma área com grande quantidade de estabelecimentos comerciais. Em seguida, a Promotora de Justiça passou a palavra ao décimo terceiro inscrito, Neymar Magalhães, que expôs que com relação à avenida Tocantins, existe urgência da retirada da ciclovia, que os moradores da região não têm a cultura de utilizar a bicicleta para fazer deslocamento, que a ciclovia deve ser retirada para que os caminhões possam estacionar e fazer a descarga das mercadorias sem atrapalhar o tráfego e sugeriu a instalação de vagas em formato espinha de peixe na avenida Tocantins para criar vagas para todos que frequentam o comércio local, a padronização das calçadas para permitir a utilização da avenida Tocantins por cadeirantes e a retirada da ciclovia. Em seguida, a Promotora de Justiça passou a palavra ao décimo quarto inscrito, Antoniel de Oliveira, Conselho Municipal dos Moradores e das Entidades Comunitárias de Palmas, expôs que o transporte coletivo urbano não atende satisfatoriamente as pessoas que desejam se deslocar até o comércio da avenida Tocantins e que qualquer solução que seja adotada deve priorizar o pedestre. Em seguida, a Promotora de Justiça passou a palavra à décima quarta inscrita, Solange Maria Alves Borges, que expôs o seu posicionamento que a ciclovia foi instalada pela Prefeitura de Palmas sem pedir a opinião dos moradores da região e sugeriu que a ciclovia seja retirada imediatamente. Em

seguida, a Promotora de Justiça passou a palavra ao décimo quinto inscrito, Sr. Gustavo Bottós de Paula, que expôs que no intuito colaborativo a SEDEM fez uma pesquisa de opinião com o empresariado na localidade, que dos 146 representantes de empresas da região que foram ouvidos, 121 deles se manifestaram favoráveis pela retirada da ciclovía e 25 se mostraram contrários, que a gestão pública age de forma responsável, com respeito ao dinheiro público e alinhado com os interesses da população.

Encerrou-se os debates.

Dando continuidade à Audiência Pública, a Promotora de Justiça Kátia Chaves Gallieta solicitou ao IPUP que apresente até a data de 31/01/2023 um estudo ou projeto preliminar sobre a revitalização da região da Avenida Tocantins.

A Promotora de Justiça leu para os presentes a Resolução 496/Pleno/TCE, prolatado na data de 09/11/2022, que dentre outras providências, declarou irregularidades atos administrativos realizados durante a implantação do Shopping a Céu Aberto e revogou a Cautelar deferida no Despacho 20/18 e autorizou o prosseguimento das obras.

Encerramento: Finalizando a Audiência Pública, a Promotora de Justiça cumprimentou a todos, agradecendo a presença e participação, dando por encerrada a audiência pública e informou que a gravação do ato está disponível no Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional/CESAF na plataforma Youtube pelo link <https://www.youtube.com/watch?v=5LUF1Tplq3A>.

Participação: Foi registrada a presença de 66 (sessenta e seis) participantes presenciais.

Esta ata é acompanhada do registro em meio digital de áudio e imagem, da lista de presença, de comunicações recebidas via E-mail, das inscrições para manifestação e perguntas escritas recebidas, que dela fazem parte integrante; 3 - A presente ata será juntada ao Inquérito Civil Público n.º 2021.0006906; 4 - A ata será afixada no mural da sede do Ministério Público do Estado do Tocantins; 5 - A ata será publicada no sítio eletrônico do MPTO; 6 - A publicação da ata será comunicada por e-mail aos participantes inscritos no endereço eletrônico cadastrado na lista de inscrição; 7 - A ata será encaminhada ao Procurador-Geral de Justiça para conhecimento, na forma do art. 4º, §1º, da Resolução nº 82, de 29 de fevereiro de 2012, do CNMP. Eu, Renato Kenji Arakaki, Analista Ministerial, lotado na 23ª Promotoria de Justiça, que digitei e subscrevo. Nada mais havendo a tratar foi lavrada a presente ata, composta por 07 (sete) laudas, as quais seguem assinadas eletronicamente.

KÁTIA CHAVES GALLIETA

Promotora de Justiça

Palmas, 16 de janeiro de 2023

Documento assinado por meio eletrônico

KÁTIA CHAVES GALLIETA

23ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

Assinado por : KÁTIA CHAVES GALLIETA como (katiagallieta)
Na data : 16/01/2023 16:22:37
SHA-224

: ffa602e0c95ea33747e1b9506b1fb37d1a8de69a6cb2030aa3a20c80

Este documento foi assinado eletronicamente mediante usuário autenticado no Sistema Athenas conforme o Ato 030/2016 da PGJ.

URL

: <https://mpto.mp.br/portal/servicos/chechar-assinatura>

[/ffa602e0c95ea33747e1b9506b1fb37d1a8de69a6cb2030aa3a20c80](https://mpto.mp.br/portal/servicos/chechar-assinatura/ffa602e0c95ea33747e1b9506b1fb37d1a8de69a6cb2030aa3a20c80)

Nível de Acesso

Público

Informações do documento

Protocolo :

07010536576202335

Data de Protocolização :

16/01/2023 16:22:40

Chancela :

Não informado

Protocolo Externo :

Não informado

Interessado :

KÁTIA CHAVES GALLIETA

Mídia :

Protocolo Eletrônico

Tipo :

CIENTIFICAÇÃO